

A GESTÃO DA INFORMAÇÃO NO PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA EM FORTALEZA-CE: impasses e alternativas

Hamilton Rodrigues Tabosa
Denyse Maria Borges Paes
Ana Lúcia Duarte Ferreira
Maria Naires Alves de Souza

Hamilton Rodrigues Tabosa

hrtabosa@gmail.com
<http://lattes.cnpq.br/5194942555377349>
Professor do curso de
Biblioteconomia da
Universidade Federal do Ceará
(UFC). Mestre e Bacharel em
Biblioteconomia pela
Universidade Federal do Ceará
(UFC).

Denyse Maria Borges Paes

denyse_mb@yahoo.com.br
<http://lattes.cnpq.br/2496181844579413>
Bacharel em Biblioteconomia
pela Universidade Federal do
Ceará (UFC).

Ana Lúcia Duarte Ferreira

Bacharel em Biblioteconomia
pela Universidade Federal do
Ceará (UFC).

**Maria Naires Alves de
Souza**

marianaires@yahoo.com.br
<http://lattes.cnpq.br/0494417762888916>
Bibliotecária da Universidade
Federal do Ceará (UFC).
Bacharel em Biblioteconomia
pela Universidade Federal do
Ceará (UFC).

Submetido em: 01/05/2013
Publicado em: 22/06/2013

RESUMO: Apresenta-se uma reflexão sobre a gestão da informação no Programa Saúde na Escola, destacando sua influência no desenvolvimento e formação educacional dos estudantes da rede pública municipal de Fortaleza-CE. Apresenta-se a importância da gestão da informação, tendo como objetivo: analisar as ações desenvolvidas no Programa Saúde na Escola, a fim de verificar sua contribuição na formação educacional dos estudantes. Trata-se de um estudo teórico empreendido a partir de uma pesquisa bibliográfica a fim de melhor compreender conceitos e questões relativos a esse tema, e para que se pudesse melhor compreender o objeto estudado. Como resultado, observou-se que o Programa Saúde na Escola se apresenta como elemento fundamental nas escolas municipais de Fortaleza e vem desenvolvendo suas atividades no intuito de trazer melhorias para a rede de ensino através do desenvolvimento de ações voltadas para a formação em saúde.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas de informação. Informação em Saúde. Informação comunitária.

1 INTRODUÇÃO

A sociedade atual vem exigindo cada vez mais um maior comprometimento por parte dos indivíduos, no que se refere à disposição e aprimoramento de competências e habilidades, gerando assim, maior competitividade. Com isso, chamamos a atenção para a necessidade de o indivíduo possuir informações adequadas para que possa desenvolver suas atividades de maneira eficaz e se destaque perante a sociedade.

Nesse cenário, torna-se importante que instituições educacionais usem adequadamente a informação, desenvolvendo uma gestão informacional coerente com as exigências presentes no mercado.

Diante desses fatos, surgem questionamentos referentes ao conhecimento e uso da Gestão da Informação em ambientes escolares, ou seja, as informações estão dispostas de forma que muitas vezes os usuários, ao se utilizarem da informação disposta, não conseguem identificar meios que venham a contribuir em sua formação educacional.

Este trabalho propõe-se a tratar da Gestão da Informação e indicá-la como instrumento fundamental para o desenvolvimento de qualquer instituição. De modo particular, trataremos da Gestão da Informação no âmbito escolar, onde serão abordadas questões inerentes ao Programa Saúde na Escola.

A justificativa da pesquisa dá-se pelo fato de o Programa Saúde na Escola apresentar-se como importante instrumento na formação do aluno, uma vez que disponibiliza uma variedade de informações de forma gratuita, sendo assim, acessível, além de configurar-se como canal mediador da transmissão de informações e articulador do acesso a diversos saberes.

Portanto, destaca-se que para ocorrer o acesso e uso das informações, a disposição e organização das mesmas devem cumprir os procedimentos propostos pela Gestão da Informação, fazendo que a coleta, a organização, o armazenamento e a disposição da informação se estabeleçam de forma correta.

O objetivo principal deste trabalho é apresentar a importância da gestão da informação e verificar as ações desenvolvidas no Programa Saúde na Escola na rede pública municipal de ensino em Fortaleza-CE, a fim de averiguar sua contribuição na formação educacional do aluno. Para alcançar esse objetivo, realizou-se uma pesquisa bibliográfica em livros e periódicos, a fim de melhor compreender conceitos e questões relativos a esse tema (dentro do qual identificamos as seguintes categorias: informação, gestão da informação, informação no contexto da saúde, Programa Saúde na Escola), e para que se pudesse melhor compreender o objeto estudado, procurando identificar textos publicados na última década e trazendo a literatura clássica, quando necessário, para a identificação de conceitos pertinentes à compreensão de determinados termos.

2 INFORMAÇÃO E INFORMAÇÃO EM SAÚDE: algumas reflexões

A informação vem, ao longo do tempo, se fazendo presente na vida da humanidade: desde a antiguidade serve de base para a tomada de decisão. A informação interfere na vida de milhões de pessoas, na medida em que lhes fornece meios para que possam decifrar o mundo a sua volta.

Temos a informação como um dos produtos mais importantes que o governo deve oferecer de forma gratuita e acessível aos seus cidadãos, para que eles possam obter benefícios sociais e

culturais e também auxílio na solução de problemas do dia a dia. Mas o que se entende por informação? De que forma se estabelece a transmissão da informação para os indivíduos? Estas são algumas reflexões que pretendemos rememorar neste item, uma vez que a literatura científica é bastante rica de contribuições de estudiosos desse tema.

O termo informação vem do latim “*informatio*”, que significa delinear, conceber ideia, ou seja, dar forma ou moldar algo.

Atualmente a expressão informação tem muitos significados que variam de acordo com a área do conhecimento dos especialistas que a utiliza. McGarry (1999, p. 4) observa que a informação pode ser:

A matéria-prima da qual se extrai o conhecimento; aquilo que é permutado com o mundo exterior e não apenas recebido passivamente; definida em termos de seus efeitos no receptor; algo que reduz a incerteza em determinada situação.

É possível aprender que a informação é elemento fundamental na vida de qualquer indivíduo, uma vez que, através dela, podem-se realizar atividades, tomar decisões, questionar, lutar pelos seus direitos, entre outros.

É interessante destacar que a informação vem tornando-se cada vez mais acessível aos indivíduos, sociedade e as organizações, que passam a valorizar mais o capital intelectual, ou seja, a capacidade intelectual dos seus colaboradores no sentido de aproveitar as ideias capazes de melhorar seus empreendimentos.

Calazans (2006) expõe que os meios que transmitem a informação têm evoluído e sofrido processos de mudanças significativas para a sociedade, por exemplo: a invenção da escrita, do livro, da imprensa, do computador e da *internet*. Esses elementos tornaram a informação um recurso cada vez

mais utilizado na tomada de decisões, devido serem disponibilizados em diferentes suportes e, com o advento das tecnologias, ficou mais fácil a comunicação e disseminação da informação.

No tocante à disseminação da informação na sociedade da informação e do conhecimento, representa o processo pelo qual os indivíduos poderão ter suas necessidades informacionais atendidas, a partir da absorção de novos conhecimentos. Contudo, verifica-se que tal processo vem sofrendo com as constantes modificações das tecnologias e com o acelerado fluxo informacional. Portanto, para que se possa viver nesse contexto, faz-se necessário ter acesso aos meios pelos quais a informação é disseminada. Ressalta-se que a disseminação da informação poderá assumir diversas formas.

Diante disso, percebe-se a importância dos profissionais que lidam com a informação disporem de meios que venham permitir a transmissão e assimilação adequada das informações aos seus respectivos receptores, fazendo que os indivíduos possam estar bem informados e atualizados.

Barros (2003) argumenta que o processo de disseminação da informação envolve dois aspectos primordiais: a) o pressuposto de que há informações a serem disseminadas e b) que o próprio processo envolve estratégias e técnicas de comunicação.

2.1 Informação em saúde

Informação em saúde abrange aspectos diversos e intrínsecos a sua natureza e pelo fato de a saúde ser uma área abrangente, conseguindo trazer um mundo inesgotável de possibilidades e potencialidades.

Segundo Moraes e Gonzáles de Gomes (2007), os marcos genealógicos da informação no contexto da saúde podem ser encontrados na ruptura da medicina clássica para a medicina moderna. Já para Moreno, Coeli e Muck (2009) a expressão Informação em Saúde nos remete à Antiguidade.

A comunicação assume um papel fundamental no estabelecimento das relações interpessoais. Na área de saúde, a comunicação ultrapassa o relacionamento entre os profissionais da área e o doente para se desenvolver em termos de cooperação e coordenação com todos os elementos da sociedade. A saúde é um bem e o acesso da população à informação a ela inerente deverá servir de fator redutor de riscos.

No referente à saúde, a informação deve ser entendida como um redutor de incertezas, um instrumento que possa levar a um planejamento responsável e a execução de ações que tragam a realidade às transformações necessárias, de forma a possibilitar ao cidadão comum melhorias em sua qualidade de vida.

A atual práxis informacional em saúde se constitui em uma limitante aos avanços necessários para ampliar a capacidade de resposta do Estado brasileiro, na busca pela melhoria da situação de saúde. (MORAES; GONZÁLES DE GOMEZ, 2007, p. 554).

Para Rodrigues (2010), a informação não pode desligar-se do seu significado e só é válida se produzir efeitos no receptor, se isso não acontecer, essa informação perde-se.

3 GESTÃO DA INFORMAÇÃO: conceitos e aplicabilidade

No cenário atual, caracterizado e influenciado por uma grande explosão informacional e pela globalização da economia, mais do que nunca, as organizações, sejam elas grandes, médias ou pequenas, públicas ou privadas, necessitam desenvolver metodologias de trabalho que assegurem a sua permanência e crescimento em um mercado tão competitivo.

Neste contexto, a Gestão da Informação ou Gerência de Recursos Informativos (GRI), como também é chamada, vem sendo utilizada como um importante fator de transformação e competitividade no ambiente das organizações. Para Valentim (2008, p. 4):

Compreende-se gestão da informação em ambientes organizacionais como um conjunto de atividades que visa: obter um diagnóstico das necessidades informativas; mapear os fluxos formais de informação nos vários setores da organização; prospectar, coletar, filtrar, monitorar, disseminar informações de diferentes naturezas; e elaborar serviços e produtos informativos, objetivando apoiar o desenvolvimento das atividades/tarefas cotidianas e o processo decisório nesses ambientes.

Em ambas as definições, compreendemos que em um ambiente organizacional, a Gestão da Informação é responsável por valorizar e dar utilidade à informação já existente, e que na maioria das vezes está sendo mal utilizada. A Gestão da Informação ocorre quando toda a corporação e principalmente aqueles indivíduos que ocupam cargos de gerência e (ou) coordenação, se empenham efetivamente em promover o uso eficiente, eficaz e estratégico da informação.

A Gestão da Informação preocupa-se com o gerenciamento do conhecimento explícito, isto é, aquele conhecimento que é palpável, dados e informações que já estão disponibilizados ou

que são passíveis de serem disponibilizados em meios de comunicação impressos ou eletrônicos. Aplica-se a Gestão da Informação restritivamente aos fluxos formais de informação e o seu foco é o negócio da organização, conforme Valentim (2002).

Quanto aos objetivos da Gestão da Informação, Oliveira e Bertucci (2003, p. 76-77) identificam cinco, que são:

(a) promoção da eficiência organizacional de forma a organizar e suprir as demandas por informação vindas de dentro e de fora; (b) planejamento de políticas de informação; (c) desenvolvimento e manutenção de sistemas e serviços de informação; (d) otimização de fluxos de informação e (e) controle da tecnologia de informação.

Entendemos que esses objetivos traduzem na realidade o porquê e a finalidade de se aplicar a Gestão da Informação em um ambiente organizacional.

Para pôr em prática a Gestão da Informação dentro de uma organização, além do engajamento dos gestores e demais colaboradores da instituição, é importante definir como será o processo ou as etapas do processo de gerenciamento da informação. Davenport (1998) descreve esse processo em quatro etapas, que são: Determinação das exigências da informação; Obtenção das informações; Distribuição das informações e Utilização da Informação.

Outros autores, como por exemplo, Beuren (2007), descrevem o processo de gerenciamento da informação com mais etapas, por isso, é importante lembrar que esse processo não é um modelo fixo para todos os tipos de organizações, ou seja, cada organização deverá utilizar um modelo personalizado à sua necessidade e a seus objetivos, podendo até desenvolver um processo específico para a própria instituição.

Em um ambiente educacional, ou mais especificamente, em um ambiente de biblioteca escolar, entendemos que a Gestão da Informação pode ser considerada como uma ferramenta fundamental de competitividade, pois através dela, tanto a instituição se beneficia adquirindo qualidade, assim como a própria comunidade usuária que recebe uma formação de melhor qualidade e que refletirá posteriormente na vida profissional desses indivíduos.

Corroborando com o pensamento acima, Garcez e Carpes (2006, p. 72) afirmam que:

A gestão da informação no contexto escolar poderá ser a grande aliada na melhoria do ensino se conciliada com o planejamento de educadores e de bibliotecários. Capacitar e habilitar o aluno no processo ensino/aprendizagem é contribuir para que a empresa que um dia irá recebê-lo como trabalhador seja competitiva.

Assim, no próximo capítulo deste trabalho trataremos sobre o Programa Saúde na Escola, a fim de compreender melhor o ambiente onde a Gestão da Informação poderá e deverá ser trabalhada.

4 O PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA

A partir da Conferência de Alma-Ata, em 1978, para a Estratégia de Saúde para Todos no ano 2000, a atenção primária à saúde foi entendida como atenção à saúde essencial, componente de um processo permanente de assistência sanitária orientado por princípios de solidariedade e equidade, cujo acesso deveria ser garantido a todas as pessoas e famílias da comunidade mediante sua plena participação e com foco na proteção e promoção da saúde. O Programa Saúde na Escola, estando inserido numa política maior, também assume esse

compromisso numa proposta intersetorial no nível de governos estaduais e municipais.

O Programa Saúde na Escola apresenta como princípio organizativo a promoção da atenção integral à saúde. Os dois ministérios de saúde e educação propõem uma articulação permanente entre as políticas e ações de educação e de saúde, com a participação da comunidade escolar, utilizando como estratégia o Programa de Saúde da Família (PSF), através de territórios de responsabilidade e ação conjunta entre os setores saúde e educação. No ano de 2007, o Programa Saúde na Escola foi implantado na Prefeitura Municipal de Fortaleza. Desde então se tenta colocar em ação as diretrizes do Programa,

I – Tratar a saúde e educação integrais como parte de uma formação ampla para a cidadania e o usufruto pleno dos direitos humanos;

II – Permitir a progressiva ampliação intersetorial das ações executadas pelos sistemas de saúde e de educação com vistas à atenção integral à saúde de crianças e adolescentes;

III – Promover a articulação de saberes, a participação dos educandos, pais, comunidade escolar e sociedade em geral na construção e controle social das políticas públicas da saúde e educação;

IV – Promover a saúde e a cultura da paz, favorecendo a prevenção de agravos à saúde, bem como fortalecer a relação entre as redes públicas de saúde e de educação;

V – Articular as ações do Sistema Único de Saúde (SUS) às ações das redes de educação pública de forma a ampliar o alcance e o impacto de suas ações relativas aos educandos e suas famílias, otimizando a utilização dos espaços, equipamentos e recursos disponíveis;

VI – Fortalecer o enfrentamento das vulnerabilidades, no campo da saúde, que possam comprometer o pleno desenvolvimento escolar;

VII – Promover a comunicação, encaminhamento e resolutividade entre escolas e unidades de saúde, assegurando as ações de atenção e cuidado sobre as condições de saúde dos estudantes;

VIII – Atuar, efetivamente, na reorientação dos serviços de saúde para além de suas responsabilidades técnicas

no atendimento clínico, para oferecer uma atenção básica e integral aos educandos e à comunidade. (BRASIL, 2011, p. 7).

Os componentes das diretrizes citados acima orientam a realização de serviços de saúde para os estudantes, a participação de educadores na promoção da saúde através da composição de membros representantes da saúde e educação. Contudo, na tentativa de execução destas ações, nos deparamos com a ausência de um instrumento de avaliação sólido que traduza a situação de saúde vigente nos territórios demarcados em Fortaleza.

O Programa Saúde na Escola tem como objetivo contribuir para a formação integral dos estudantes por meio de ações de promoção, prevenção e atenção à saúde, com vistas ao enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças e jovens da rede pública de ensino. (BRASIL, 2011).

O Programa Saúde na Escola é coordenado por grupos de trabalhos intersetoriais que se encontram divididos em: Federal, Estadual e Municipal. Enfatiza-se que tanto o planejamento quanto as ações são realizadas de forma compartilhadas, onde de forma coletiva busca-se atender as demandas locais. Com isso, a fim de melhor gerir as ações do Programa Saúde na Escola, os grupos de trabalhos intersetoriais devem ser compostos obrigatoriamente por representantes da secretaria de saúde e de educação, e facultativamente, outros parceiros locais. (BRASIL, 2011).

Cabe ao Grupo de Trabalho Intersetorial Municipal as seguintes responsabilidades:

I – Garantir os princípios e diretrizes do Programa Saúde na Escola no planejamento, monitoramento, avaliação e gestão do recurso de maneira integrada

entre as equipes das escolas e das Unidades Básicas de Saúde/Saúde da Família;

II – Articular para a inclusão dos temas relacionados às ações do Programa Saúde na Escola nos projetos político-pedagógicos das escolas;

III – Definir as escolas federais, estaduais e municipais a serem atendidas no âmbito do Programa Saúde na Escola, considerando as áreas de vulnerabilidade social, os territórios de abrangência das Unidades Básicas de Saúde e o número de equipes de Saúde da Família implantadas;

IV – Subsidiar a formulação das propostas de educação permanente dos profissionais de saúde e da educação básica para implementação das ações do Programa Saúde na Escola;

V – Subsidiar a assinatura do Termo de Compromisso pelos secretários municipais de Educação e Saúde, por meio do preenchimento das metas do plano de ação no sistema de monitoramento (SIMEC);

VI – Apoiar e qualificar a execução das ações e metas previstas no Termo de Compromisso municipal;

VII – Garantir o preenchimento do sistema de monitoramento (SIMEC) pelas escolas e pelas equipes de Saúde da Família;

VIII – Definir as estratégias específicas de cooperação entre Estados e municípios para a implementação e gestão do cuidado em saúde dos educandos no âmbito municipal; e

IX – Garantir a entrega dos materiais do Programa Saúde na Escola, enviados pelo Ministério da Educação, para as equipes de saúde e para as escolas. (BRASIL, 2011, p. 13).

Tendo em vista o enfoque que se apresenta neste estudo que aponta para a gestão da informação de uma política pública intersetorial, faz-se necessário demarcar o conceito de intersetorialidade.

4. 1 O Princípio da Intersetorialidade

A concepção de que a intersectorialidade nos remete à colaboração entre diversas áreas do saber e do conhecimento, em projetos que envolvam tanto as diferentes áreas acadêmicas quanto as práticas baseadas no senso comum que incluem atores e instituições diversas e que se constitui um desafio. Não é fácil romper com uma cultura de isolamento entre as diversas instituições que estão historicamente instaladas e que trabalharam com foco em seus próprios objetivos. Passar a planejar ações conjuntas, se constitui tarefa difícil. Neste sentido, através das ações de implementação desta política intersectorial, a Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza-Ceará, vem desenvolvendo atividades de formação e sistematização de informações que viabilizem este olhar intersectorial dos problemas a serem enfrentados.

O Programa Saúde na Escola vem contribuir para:

O fortalecimento de ações na perspectiva do desenvolvimento integral e proporcionar a comunidade escolar a participação em programas e projetos que articulem saúde e educação, para o enfrentamento das vulnerabilidades que comprometem o pleno desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens brasileiros. (BRASIL, 2011, p. 1).

Ferreira (2010), considerando que em Fortaleza, assim como na maioria dos municípios dos estados brasileiros, a qualidade do atendimento em saúde não é satisfatória e isso se estende também à situação de saúde voltada especialmente para o usuário com escolaridade no Ensino Fundamental e Médio, propõe a aplicação da proposta de estudo referendada pelo documento básico do Programa Saúde na Escola (BRASIL, 2008, p. 12):

Historicamente, programas de saúde escolar constituíram-se, frequentemente, em práticas de negociação de tarefas e custos, assim como em fonte de conflitos quanto às responsabilidades dos atores

envolvidos. Como resultado, as escolas veem-se hoje como depositárias de inúmeras demandas sociais, muitas vezes desarticuladas entre si e não incorporadas ao projeto político-pedagógico das escolas. No âmbito da saúde, as Unidades Básicas de Saúde, por sua vez, veem-se diante da necessidade de criar vínculos e de construir estratégias de informações de acolhimento e atenção às necessidades específicas desses grupos populacionais, como parte da tarefa de reorganizar-se em um novo modelo de atenção à saúde.

Reconhece-se que tal orientação torna clara a relevância de um estudo que se propõe analisar a gestão da informação de um Programa que apresenta grandes desafios. Sabe-se que no Brasil, a Estratégia Saúde da Família foi definida como plano para reorganização do modelo assistencial do Sistema Único de Saúde. (BRASIL, 1996). A análise de ações estratégicas da magnitude da Estratégia Saúde da Família é uma tarefa que exige a participação de diversas instituições e profissionais em um esforço coletivo contínuo e perseverante.

5 IDENTIFICAÇÃO DE IMPASSES E POSSÍVEIS ALTERNATIVAS

Ferreira (2010) identificou problemas relacionados à implantação do Programa Saúde na Escola no Município de Fortaleza. Foram constatadas questões decorrentes de: decisão política; descontinuidade nas ações do Programa Saúde na Escola; ausência de um trabalho contínuo de formação e habilitação dos Grupos de Trabalho Regionais e das unidades de saúde e escolas; mudanças de representantes da Saúde e da Educação, entre muitos outros. Em decorrência disso, as decisões de saúde que precisam ser tomadas a partir da consolidação de levantamento situacional das ações ficam negligenciadas, com demandas não atendidas no exato momento em que surgem. Diante disso, surgem alguns questionamentos:

- a) As ações intersetoriais se realizam de forma desarticulada e pontual;
- b) A ausência de um planejamento integrado e comprometido, com agendas comuns dificultam as tomadas de decisões governamentais fundamentadas e qualificadas a partir dos componentes do plano interministerial do Programa Saúde na Escola;
- c) Os resultados incipientes do Programa Saúde na Escola decorrem do despreparo da gestão municipal, assim como das falhas nas ações intersetoriais;
- d) As avaliações das metas traçadas para O Programa Saúde na Escola não retornam para as escolas em forma de ações de intervenção baseada nas evidências identificadas no processo de execução.

Em contrapartida, o alcance das metas quando considera as experiências e as referências dos seus usuários em relação ao conceito saúde-doença nas unidades de saúde e educação e de forma intersetorial poderiam favorecer ações para:

- Identificar as ações intersetoriais (saúde e educação);
- Identificar e intervir nas formas de planejamento e comprometimento das agendas intersetoriais que facilitam as tomadas decisões a partir dos componentes do plano interministerial do Programa Saúde na Escola;
- Identificar as percepções dos gestores municipais (educação, saúde) acerca da saúde /doença nos alunos do ensino fundamental e médio;
- Descrever e analisar as metas do Programa que consideram as experiências e as referências dos seus usuários em relação ao conceito saúde-doença nas unidades de saúde e educação e de forma intersetorial;
- Identificar instrumentos de avaliação existentes e/ou propor novos instrumentos de avaliação e monitoramento das ações, em cumprimento às orientações ministeriais, nos municípios

que compõem a Região Metropolitana de Fortaleza e de forma que se possa relacionar os avanços das aprendizagens indicadas nos dados estatísticos dos sistemas de avaliação, como resultantes de práticas interventivas de saúde dos estudantes, nas escolas.

Mesmo com tantos fatores que possibilitam maiores probabilidades de interação e atendimento às prioridades da promoção da saúde dos estudantes, percebemos, lamentavelmente, a distância e escassez da participação, convivência e envolvimento dos integrantes do Programa Saúde na Escola. Os motivos detectados são diversos: falta de conhecimento; não terem consciência do papel do Programa para formação do aluno, para a melhoria na escola, na comunidade e em suas vidas, entre outros. Todavia, esse problema poderia ser solucionado se os integrantes se utilizassem dos procedimentos da gestão da informação e oferecessem informações organizadas, centradas na comunidade, que despertassem a atenção dos estudantes e seus interesses em participar, em conhecer, e de se enquadrar, de lutar pelos seus direitos e mudar: a si, aos outros e a própria sociedade.

Assim, o dilema principal encontrado não foi exatamente a falta de ações concretas, pois elas existem apesar de não englobarem todas as necessidades informacionais, mas foi a falta de integração entre os grupos de trabalhos e a melhoria da gestão da informação, que permitiria uma maior participação da comunidade em questão.

Dessa forma, o passo fundamental para a solução de tais problemas seria a criação de um núcleo de informação centrada na comunidade das escolas da rede pública municipal de Fortaleza e Unidades Básicas de Saúde para a gestão e divulgação do Programa Saúde na Escola, bem como das ações oferecidas. E esse núcleo seria exatamente na Secretaria

Municipal de Educação, pois buscaria atender as necessidades informacionais de todas as Secretarias Executivas Regionais (SER) em seus Distritos de Educação e de Saúde.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a importância do Programa Saúde na Escola, como instrumento de convergência de ações institucionais na perspectiva da consolidação de políticas públicas capazes de determinarem uma nova cultura de atenção e promoção da saúde da população a que se destinam, evidencia-se a necessidade de um instrumento que possa identificar e diferenciar os distintos modelos da real efetividade da atenção primária em saúde, com consequências importantes sobre a definição das políticas públicas, especialmente no ambiente escolar. Desse modo, deve-se possibilitar o estabelecimento de ações e correções necessárias à gestão da informação.

O Programa Saúde na Escola, apesar de apresentar algumas dificuldades estruturais e gerenciais no âmbito das escolas da rede municipal de ensino de Fortaleza, evidencia-se como ferramenta capaz de propiciar melhorias na qualidade de vida dos alunos que compõem as escolas, pois desenvolvem ações relacionadas à saúde, das quais destacamos: reeducação alimentar, avaliação oftalmológica, avaliação auditiva, avaliação nutricional, avaliação da saúde bucal, avaliação psicossocial, orientação sobre a sexualidade e prevenção contra uso de drogas, além de abordar enfoques voltados para o respeito a diversidade.

Sua equipe demonstra competência na realização das atividades diárias embora apresente dificuldades. Presta um bom atendimento aos seus usuários, também auxiliam na formação pessoal, educacional e social dos alunos, a fim de proporcionar a

melhoria na qualidade de vida de forma mais eficaz. Enfatiza-se que as atividades são condizentes com o interesse dos alunos. Como exemplo, temos a semana saúde na escola, a visita de profissionais da saúde às escolas, apresentação teatral a fim de expor informações necessárias de maneira agradável, tornando-se assim atrativa o trabalho de mediação da informação em saúde.

Sugerimos a continuidade desta pesquisa a partir da percepção que os integrantes dos Grupos de Trabalho Intersectorial e os professores da rede municipal de Fortaleza, envolvidos no Programa Saúde na Escola, tem sobre a contribuição das ações que são desenvolvidas no Programa para a formação educacional dos alunos, bem como da gestão informacional atrelada ao Programa em questão.

A PROGRAM IN INFORMATION MANAGEMENT HEALTH IN SCHOOLS IN FORTALEZA-CEARÁ-BRASIL: problems and alternatives

ABSTRACT: It presents a reflection on the information management in the School Health Program, highlighting its influence on the development of education and training of students of the Municipal Public Network Fortaleza so marked by inequalities and difficulties to obtain and assimilate that information. Thus, the School Health Program emerges as an instrument capable of providing health information. In this context presents the importance of information management, and it was aimed at verifying the actions undertaken in the School Health Program in the Public Network City of Fortaleza, in order to assess their contribution to the educational background of the student. There was a literature review, and periodic meetings in order to hold discussions about the material studied. Had access to the thoughts of several theorists who have enriched this research. As a result, it was observed that the School Health Program is presented as a fundamental element in the public schools in Fortaleza and has been developing its activities in order to bring improvements to the school system through the development of actions aimed at health training.

KEYWORDS: School Health Program. Public policy information. Health Information. Community Information.

REFERÊNCIAS

BARROS, M. H. T. C. **Disseminação da informação:** entre a teoria e a prática. Marília: [s. n.], 2003.

BEUREN, I. M. **Gerenciamento da informação:** um recurso estratégico no processo de gestão empresarial. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Resolução nº 196.** Diretrizes e normas técnicas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. Brasília: Ministério da Saúde, 1996.

_____. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. **Programa Saúde na Escola.** Brasília, 2008.

_____. **Passo a passo Programa Saúde na Escola:** Programa Saúde na Escola: tecendo caminhos da intersetorialidade. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

CALAZANS, A. T. S. Conceitos e uso da informação organizacional e informação estratégica. **TransInformação**, v. 18, n. 1, p. 63-70, jan./abr. 2006.

DAVENPORT, T. H. **Ecologia da informação:** por que só a tecnologia não basta para o sucesso na era da informação. São Paulo: Futura, 1998. p. 173-199.

FERREIRA, A. L. D. **Construindo o Plano de Ação Intersetorial do Programa Saúde na Escola-Programa Saúde na Escola:** uma análise com base na gestão baseada em evidências no Município de Fortaleza. 2010. Monografia (Especialização em Gestão em Saúde)- FIOCRUZ/UAB/ENSP, Fortaleza, 2010.

GARCEZ, E. F.; CARPES, G. Gestão da informação na biblioteca escolar. **Revista ACB:** Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis, v.11, n.1, p. 63-73, jan./jul., 2006. Disponível em: <<http://revista.acbsc.org.br/index.php/racb/article/view/466/588>>. Acesso em: 16 maio 2012.

McGARRY, K. Sobre conhecimento e informação. In: _____. **O contexto dinâmico da informação.** Brasília: Brinquet de Lemos, 1999.

MORAES, I. H. S.; GONZÁLES DE GÓMEZ, M. N. Informação e informática em saúde: caleidoscópio contemporâneo da saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 3, p. 553-565, 2007.

MORENO, A. B.; COELI, C. M.; MUNCK, S. Informação em saúde. In: **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/infosau.html>>. Acesso em: 15 abr. 2013.

OLIVEIRA, M.; BERTUCCI, M. G. E. S. A pequena e média empresa e a gestão da informação. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 13, n. 2, p. 65-87, jul./dez. 2003. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/91/1558>>. Acesso em: 21 maio 2012.

RODRIGUES, V. M. C. P. Transmissão e obtenção de informação em saúde. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 15, n. 5, p. 2639-2646, 2010.

VALENTIM, M. L. P. Inteligência competitiva em organizações: dado, informação e conhecimento. **DataGramZero**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, ago. 2002. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/ago02/Art_02.htm>. Acesso em: 22 maio 2012.

_____. Gestão da Informação e Gestão do Conhecimento em ambientes organizacionais: conceitos e compreensões. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 1, n. 1, 2008. Disponível em: <<http://inseer.ibict.br/ancib/index.php/tpbci/article/view/3/14>>. Acesso em: 22 maio 2009.